

# CONSTRUINDO CISTERNAS, DESCONSTRUINDO TABUS: MULHERES CAPACITANDO MULHERES PARA O ACESSO À ÁGUA



An illustration depicting a group of women engaged in building a water cistern. One woman is kneeling and working on the base, while others stand around the structure. The scene is set in a rural environment with a red sun, green trees, and small plants. The text is overlaid on the central part of the illustration.

# CONSTRUINDO CISTERNAS, DESCONSTRUINDO TABUS:

MULHERES CAPACITANDO MULHERES PARA O ACESSO À ÁGUA



## Catálogo Bibliográfico

# ÍNDICE



I. Apresentação	
- Água para todos e todas .....	5
II. A água: a aprendizagem que vêm da ausência .....	9
III. Mulher e semi-árido .....	13
- Um contexto de desigualdades .....	14
- Convivência com o semi-árido e a questão agroecológica .....	15
- Relações de gênero e divisão sexual do trabalho no contexto do semi-árido .....	15
- Pioneirismo do RN: feminismo e organização .....	18
IV. Mulheres construindo cisternas .....	21
- O começo: a difícil empreitada .....	22
- O que é serviço de homem? O que é serviço de mulher? O mito da fragilidade física .....	24
V. Organização para a comunidade, organização para a igualdade .....	29
VI. Retratos desta história .....	31
Referências Bibliográficas .....	39

Direitos autorais - 2006 - Centro Feminista 8 de Março  
Permitida a reprodução desde que citada a fonte.

Ficha técnica:

Edição de texto:

Daiany Dantas

Texto base:

Maria da Conceição Dantas de Moura

Isolda Dantas de Moura

Cláudia Lopes

Projeto Gráfico e Editoração:

Ciranda Comunicação

Ilustrações: Elenimar Costa

Fotografias: Ana Paula Pacheco, Cláudia Lopes, Robson Carvalho e Zânia Lobo.

CENTRO FEMINISTA 8 DE MARÇO

R. Dionísio Filgueira, 519 - Centro

Cep: 59610-090 - Mossoró/RN - Brasil

Tel/fax: (0055) 84 3316.1537

Sítio: [www.cf8.org.br](http://www.cf8.org.br)

Endereço eletrônico: [cf8@cf8.org.br](mailto:cf8@cf8.org.br)



# APRESENTAÇÃO

## ÁGUA PARA TODOS E TODAS

# 1

Foi-se o tempo em que se pensava a água como algo abundante na natureza. Vivemos uma época em grande parte dos países desenvolvidos já discutem mecanismos de sobrevivência diante de uma futura escassez mundial, em grande parte mobilizados pela advertência da ONU, que afirma que a falta deste líquido irá atingir 40% da população mundial no ano de 2050.

Com isso, assistimos a preocupação antecipada dos grandes detentores de capital em controlar as reservas de água doce do mundo, fundando políticas de privatização da água, vislumbrando o que seria um poderoso investimento de mercado.

Nas regiões semi-áridas, onde a água é associada à frequência das chuvas e as políticas de acesso empreendidas até



A Cisterna de placas é uma tecnologia criada por um pedreiro sergipano há cerca de 50 anos.

então nunca foram suficientes para distribuir os recursos e resolver os problemas de déficit hídrico – já que as chuvas acontecem em períodos esparsos e a evaporação é superior à pluviosidade do líquido.

Sendo assim, como enfrentar esta realidade criando condições de convivência com o semi-árido? Como constituir alternativas capazes de suprir as demandas e lidar com as dificuldades naturais? Essa tem sido uma preocupação constante dos movimentos sociais, que já começa a apontar as primeiras respostas, vindas da observação da experiência popular.

Uma delas é a construção de cisternas de placas. Uma alternativa de abastecimento para o semi-árido desenvolvida ao longo do tempo, para que as famílias nordestinas que convivem com a escassez hídrica no solo pudessem ter acesso à água de boa qualidade, armazenada das chuvas, para beber e preparar seus alimentos durante os períodos de estio.

A Cisterna de placas é uma tecnologia criada por um pedreiro sergipano há cerca de 50 anos. Desde esta inovação, diversas ONGs desenvolveram técnicas semelhantes, partindo das experiências populares, reconhecendo a prática como uma importante alternativa de desenvolvimento sustentável para as

áreas em processo de desertificação.

A proposta de multiplicação das cisternas por meio da capacitação e formação popular foi uma iniciativa difundida pelos movimentos sociais que ganhou a simpatia e apoio do Ministério do Meio Ambiente, instituindo a criação da ASA Brasil, para a qual iriam convergir organizações e movimentos populares envolvidos na construção dessa estratégia, implementada num programa cujo objetivo seria a construção de um milhão de cisternas em toda a região do semi-árido brasileiro.

Portanto, o Programa 1 Milhão de Cisternas (PIMC), vigente desde 2001, é uma proposta da sociedade civil que ganhou apoio de governos, instituições privadas e entidades de cooperação internacional – tornando-se política pública disponível a um grande número de famílias, tendo como princípio a difusão do conhecimento e fortalecimento das comunidades rurais.

O estado do Rio Grande do Norte, com a coordenação da ASA Potiguar, articulou uma experiência semelhante, no entanto, o RN inovou ao reconhecer e validar a importância de envolver as mulheres trabalhadoras em todas as etapas do processo, desde a construção das cisternas até a gestão dos recursos hídricos, num reconhecimento histórico



de que a ruptura das desigualdades “naturais” só seria possível se a atenção à integridade humana estivesse coordenada ao respeito à natureza.

A importância desta experiência reside particularmente nessa escolha, que condiz com o crescente aumento de políticas de crédito para o fortalecimento do trabalho produtivo das mulheres, atendendo às bandeiras das trabalhadoras do campo.

E essas conquistas políticas representam o princípio de um longo caminho na reparação das desigualdades históricas, ainda mais evidentes no setor rural, onde as prioridades sociais são também

prioridades humanas, já que a água é necessidade básica de sobrevivência.

Para as trabalhadoras rurais, é impossível discutir políticas públicas sem levar em conta a sua dupla jornada - dividida entre a casa e o roçado e a divisão sexual do trabalho a qual estão submetidas -, sabendo que a sua função na roça é qualificada como “ajuda”, ou seja, um “complemento” ao trabalho do marido, portanto, sem direito ao reconhecimento social ou remuneração.

É necessário assegurar que sejam elas as beneficiárias diretas das ações afirmativas pelo rompimento das fronteiras dessa divisão, que reduz a mão-



de-obra das mulheres e desvincula a sua função produtiva, transferindo-a para a esfera do cuidado.

Cuidar é gerir. Assim, se são as mulheres as que se ocupam da preocupação com a saúde da família, da rega e lavagem dos alimentos, da ração dos bichos, da reposição das águas nos potes de barro para o consumo, nada mais justo do que assegurar a elas o direito de aprender sobre as tecnologias alternativas que envolvem essa função do cuidado, que há milênios desempenham silenciosamente e na obscuridade.

E nada mais desbravador que deixar que elas disponham também das ferramentas de construção, introduzindo-as no mundo do trabalho e da tecnologia, quebrando o preconceito instaurado de que há “serviço de homem” e “serviço de mulher”.

No RN, 13 mulheres, munidas de enxada, cimento, conhecimento e força de vontade abraçaram essa empreitada. No entanto, moldar as placas e agrupá-las não representou o seu maior desafio de

superação. Antes elas tiveram que duelar com o mito da fraqueza feminina e o descrédito da comunidade.

Superadas as piores barreiras, as placas foram erguidas com esforço inferior ao que se supunha e um grupo de multiplicadoras mantém-se mais firme que o concreto das cisternas para o fortalecimento da comunidade, cavando os veios da terra para que a igualdade escorra como água, nesse árido solo.

Com esta publicação queremos analisar os aspectos que compreenderam o entorno dessa experiência e apresentar os seus resultados. Para tanto, partimos de elementos estruturadores e estruturantes no contexto no qual ela foi empreendida. Se de um lado temos os agravantes climáticos, a fronteira do solo arenoso e da estiagem prolongada, do outro temos a exploração coronelista do trabalho humano, a invisibilidade das mulheres e a difícil caminhada por uma mudança de valores, apenas possível pela transformação da consciência social.

# A ÁGUA: A APRENDIZAGEM QUE VEM DA AUSÊNCIA

# 2

Água é vida. E a luta pela água tem sido a tônica dos discursos de convivência com o semi-árido. Presente nas plataformas das políticas públicas, a idéia de que o abastecimento de água significa a manutenção da vida nas regiões assoladas pela seca rege a razão e o imaginário dos que lidam com os dilemas da região. Sabemos que o problema concreto excede a simples conquista de água potável.

Na verdade, engana-se quem atribui presumidamente ao clima seco a responsabilidade pela falta de água na região. O semi-árido brasileiro é o mais populoso e o de maior pluviosidade no planeta. Com uma faixa territorial que compreende 867.999,3 km<sup>2</sup>, concentra 18.466.637 pessoas e atingindo uma média de 750 mm/ano.

Entretanto, tal particularidade em si não ameniza as adversidades naturais do clima, já que a distribuição não acontece de forma proporcional ao longo do ano. As chuvas costumam ocorrer apenas entre os meses de setembro e março, o que impõe uma



Engana-se quem atribui presumidamente ao clima seco a responsabilidade pela falta de água na região.

espera e dificulta o planejamento das plantações e colheitas. Além disso, a região sofre de déficit hídrico, o que significa que a rapidez na evaporação das chuvas supera em três vezes a precipitação.

Entretanto, as dificuldades climáticas foram agravadas historicamente por fatores políticos, que favoreceram a implementação da indústria da seca, forjada pela estrutura do coronelismo e do latifúndio. As formas de armazenamento e suprimento de água mais comumente difundidas não condizem com as condições da terra e o ciclo das chuvas.

A água das chuvas é mal aproveitada. Já que se priorizou historicamente a prática da açudagem, que ocupa grandes áreas de terra e favorece a evaporação, pela quantidade territorial abrangida pelos espelhos d'água.

A idéia de que o semi-árido é uma região seca, árida e quase desértica foi cristalizada no imaginário popular, nas representações dos retirantes partindo em deserção, numa paisagem de sol inclemente e solo devastado. Essa versão redutora serve para respaldar toda uma prática política que se vale das dificuldades ocasionadas pelas características naturais do lugar.

Argumentando acerca da riqueza

cultural e das históricas lutas sociais da região, Roberto Malvezzi discorre sobre essa distorção, atentando para o vasto repertório de referências taxativas do semi-árido:

“A imagem difundida do semi-árido, enquanto clima, sempre foi profundamente distorcida. Vendeu-se a idéia de uma região árida, não semi-árida. É como se não chovesse, como se o solo estivesse sempre calcinado, como se as matas estivessem secas e as estiagens durassem anos. A imagem dos migrantes, dos retirantes, dos acossados pela seca, povoaram e povoam a música (Luís Gonzaga), a pintura (Portinari) e a literatura (João Cabral de Mello Neto, Graciliano Ramos, etc). O que é real e o que é construção ideológica nessa visão? Essa é uma das questões mais difíceis de ser respondida, mas que pode ser respondida. Há um novo conceito a respeito do semi-árido que está em gestação, é a chamada “convivência com o semi-árido” (Malvezzi, 2006).

A imagem de uma região devastada e frágil desacredita as tentativas de se buscar alternativas que permitam um convívio mais harmonioso e adaptado às condições do semi-árido, já que no mundo inteiro, seja no gelo, em ilhas ou à beira dos vulcões, as populações conseguem estabelecer estratégias de convivência compatíveis com as adversidades enfrentadas.

As promessas de uma possível erradicação da “seca”, pelo fornecimento

de água e na construção de grandes barragens e adutoras – obras hídricas caras e pouco condizentes com o real potencial da região, ineficazes por seu custo de implementação, manutenção e as dificuldades naturais do solo e da evaporação das águas - vem favorecer a uma idéia de progresso desenvolvimentista pautada na industrialização, que apenas consolida as desigualdades já existentes.

Além do quê, o modo de exploração e gestão dos recursos hídricos das grandes obras acarreta impactos ambientais negativos, como o aumento da salinidade das águas e dos solos, a destruição das matas ciliares e o uso intensivo de agrotóxicos e fertilizantes com alto poder de poluição.

Na região Oeste, temos vários exemplos dessa natureza, como as Barragens de Umari, Santa Cruz e Armando Ribeiro Gonçalves, construídas recentemente. Mega projetos de irrigação que não têm em seu projeto original nenhuma proposta de desenvolvimento sustentável que considere a experiência dos trabalhadores e trabalhadoras da região.

Portanto, é visível que as grandes obras adotadas

favorecem a consolidação das desigualdades sociais, beneficiando poucos em detrimento de muitos em decorrência do modo de exploração das terras irrigadas, pois as relações de produção são estabelecidas em favor dos que concentram renda e terras férteis.

Basta que vejamos a região do Vale do Assú, onde se situa a Barragem Armando Ribeiro Gonçalves, onde ocorreu uma violenta concentração de terra, degradação do solo e aumento da pobreza, registrando um dos piores índices de desenvolvimento humano do RN.

A quantidade de água disponível hoje nos reservatórios do RN pode abastecer duas vezes o número de habitantes do estado e ainda suprir o dobro das terras aproveitadas com





irrigação, porém, milhares de pessoas vivem o drama da falta de água, inclusive em locais de abundância.

Um drama que compreende o empreendimento braçal de percorrer muitos quilômetros transportando pesadas latas e barris, sustentados nas costas ou em carros de mão, viagens que tomam praticamente um quarto de um dia de trabalho, tempo valioso para quem sobrevive da agricultura.

É longa a caminhada pela água, nem sempre compensada, já que na maioria das fontes o líquido é encontrado em estado inadequado ao consumo, pois os reservatórios naturais estão repletos de barro e detritos, contaminando a água, e estão expostos ao alto teor salubre, comum à região salineira.

No RN, vemos exemplos como o do município de Pendências e da comunidade de Barreira Vermelha. No primeiro, o reservatório é um poço escavado em 1932, que um quilômetro da comunidade, já no segundo, a fonte encontra-se a três quilômetros, o que sujeita muitos moradores a pagar pelo que consomem, abastecendo-se com

carros pipa.

As mulheres são, usualmente, as responsáveis pela água. Encarregadas desde as longas e difíceis caminhadas para o seu transporte até a administração do consumo de toda a família: na preparação dos alimentos, lavagem de roupas e rega das plantas. Neste percurso, elas enfrentam os obstáculos da resistência física e da insalubridade,

Por isso, a preocupação em solucionar o problema da água antecede qualquer esforço no intuito de superar as dificuldades humanas e sociais da região. A simplicidade de um projeto que promove a capacitação para a construção de cisternas significa muito para o estímulo à convivência com o semi-árido e superação sistemática do problema da falta de água nas comunidades e assentamentos.

E sua meta primordial é apostar na mobilização e organização dos indivíduos nas tomadas de decisões, formando multiplicadores capazes de consolidar uma gestão autônoma, baseada no respeito agroecológico e no desenvolvimento solidário.





## MULHER E SEMI-ÁRIDO

Desde o transporte à reserva e manuseio, o trato com a água é associado à figura da mulher e ao papel reprodutivo que desempenha no universo doméstico, embora seja uma tarefa que demande tanto ou mais esforço físico e resistência quanto arar a terra ou capinar o solo com enxada.

## Um contexto de desigualdades

O árduo caminho até as águas pode ser evocado na clássica imagem das mulheres com as latas d'água na cabeça. É nos poços, fontes e nos córregos barrentos que as mulheres se encontram para conversar e socializar a vida comunitária, enquanto enchem seus recipientes. Tal prática é vista como uma extensão do trabalho doméstico. Desde o transporte à reserva e manuseio, o trato com a água é associado à figura da mulher e ao papel reprodutivo que desempenha no universo doméstico, embora seja uma tarefa que demande tanto ou mais esforço físico e resistência quanto arar a terra ou capinar o solo com enxada.

Neste percurso de latas na cabeça, por sobre os ombros ou em barris nos carros de mão, elas dedicam longas horas do seu dia, não se eximindo por isso das tarefas da casa, dos quintais e do próprio roçado.

Entretanto, nem só de esforço físico e cuidado com o cotidiano das tarefas domésticas se faz a luta das mulheres pelo acesso e manutenção da água na convivência com o semi-árido. Pela transmissão do saber popular, elas se tornaram as responsáveis pelo cultivo, seleção e manutenção das plantas nos quintais, preservando espécies frutíferas resistentes ao clima como a mangueira, a goiabeira e o imbuzeiro.

E também cuidam da criação de animais de pequeno porte, como ovelhas, cabras e galinhas, administrando seus ovos, leite, fabricando queijo caseiro e preparando sua carne, grande fonte de proteínas na alimentação sertaneja.

Os conhecimentos transmitidos pelo saber oral também fazem das mulheres as mais aptas a manipularem as plantas nativas para a preservação da saúde. São elas que guardam, através dos tempos e das lições da medicina popular, a sabedoria das ervas, sabendo que quixabeira branca associada à casca de romã cura problemas uterinos, papaconha abranda os nervos das crianças, casca de ameixa é cicatrizante natural e aroeira trata a sinusite.

Com seus conhecimentos, vindos do aprendizado ao longo do tempo e na observação das contingências climáticas, as mulheres demonstram na prática, seja na luta pela água, resguardando o cardápio familiar ou garantindo a sobrevivência e saúde de todos os que habitam a casa, que existem alternativas populares de convivência com o semi-árido.

Se muitos estudiosos já argumentaram que a Indústria da Seca é arremetida pela tríade fome, sede e saúde, percebemos que elas atuam nestas três frentes, invalidando os mitos coronelistas e impondo resistência cotidiana à dependência e dominação política.

## **Convivência com o semi-árido e a questão agroecológica**

A proposta de convivência com o Semi-árido na qual está fundada esta experiência baseia-se nos preceitos da Agroecologia. Ou seja, priorizando uma noção de preservação que englobe tanto recursos físicos quanto humanos, compreendendo que o conceito de natureza está atrelado ao de sociedade, e a prática do cuidado com a terra precisa estar somada à luta pelo fim da exploração do trabalho, pela igualdade e justiça.

É impossível vislumbrar o ideal agroecológico, que tem no respeito à vida e na consciência social suas principais metas, sem atentar para as arestas históricas e culturais que delineiam a nossa sociedade.

Essas desigualdades são uma construção tanto social quanto política e econômica, fruto de uma trajetória que historicamente reservou às mulheres um papel reduzido, ou até mesmo invisível na esfera econômica e política da sociedade.

Sendo assim, o reconhecimento das mulheres como sujeito de políticas públicas é fundamental para todo projeto que busque a construção da igualdade. No que diz respeito ao campo, a opressão está vinculada à própria estrutura familiar, que relega mulheres e jovens a papéis falsamente coadjuvantes nas atividades de

subsistência, com o único intuito de negligenciar o seu direito a atuarem como agentes da construção de sua própria história.

Para entender melhor esse processo de exclusão, é importante resgatar a história das trabalhadoras rurais. O campo brasileiro é uma região marcada pela ausência de políticas públicas para suprir necessidades básicas, como o acesso a terra, água, educação e saúde.

As mulheres foram, ao longo dos séculos, as mais evidentes reféns dessa debilidade, principalmente pelos limites impostos pelo lugar que ocupam na organização familiar patriarcal, de forte influência na vida social da região.

## **Relações de gênero e divisão sexual do trabalho no contexto do semi-árido**

É justamente no contexto rural da agricultura familiar que enxergamos de forma explícita as desigualdades expressas nas relações sociais de gênero, conceito que nos leva a refletir sobre a complexidade da hierarquia sustentada entre homens e mulheres na sociedade.

As relações de gênero são construídas pela sociedade, que percebe homens e mulheres de forma diferenciada, numa dinâmica que atribui valores e poderes desiguais. Assim, se, ao nascer, homem e mulher diferem apenas

biologicamente, a estrutura da sociedade os situa ao longo da vida de forma a trilharem oportunidades e perspectivas distintas.

Com a família como célula de equilíbrio e reprodução de valores, o mundo capitalista e patriarcal força uma divisão drástica de funções. Às mulheres, delimita-se uma identidade centrada na maternidade e no cuidado doméstico, enquanto os homens são destinados ao mundo do trabalho e das funções públicas. Essa divisão é tão rígida no imaginário quanto flexível no cotidiano.

A idéia de que homens e mulheres são naturalmente mais ou menos dotados para desempenhar determinadas funções é uma construção histórica da sociedade, que nega o valor do trabalho das mulheres e, ao concebê-lo como natural, o destitui de sua importância social.

Essa divisão sexual do trabalho, que se divide entre um setor produtivo e outro reprodutivo, apóia-se na falsa idéia de que o homem seria o “provedor” e “chefe” da família, e, portanto, único no núcleo familiar com potencial de negociação no mundo público.

Uma diferenciação que confina a mulher num papel de coadjuvante, para que assim, a sociedade não tenha que discutir a sua dupla jornada de trabalho, que tem início nas madrugadas e só

termina na alta noite, período no qual deve prover as refeições, limpeza, cuidados com filhos, pequenos animais, hortas, quintais e organização doméstica para todos os habitantes da casa, além de cumprir com as demandas da roça, já que o seu trabalho no campo, mal interpretado como “ajuda”, em nenhum momento é prescindido pelo marido.

Sem mencionar as demais incursões que realizam clandestinamente no trabalho produtivo, para o usufruto das famílias, já que muitos dos produtos de subsistência são feitos em casa, como óleos e sabão, da banha do porco; o queijo, da manteiga, do leite da vaca. Além de outras atividades não monetarizadas como a confecção de roupas e enxovais.

No diagnóstico realizado na região de Apodi do semi-árido potiguar (2003), podemos observar alguns dados que denunciam a fragilidade imposta pela divisão sexual do trabalho. Já que 52% das mulheres afirmaram que trabalham na roça ou “ajudam” o marido, realizando as mesmas atividades que os homens, mas sem receber nenhum salário. Destas, 79% afirmou que nunca recebeu remuneração pelo trabalho realizado e apenas 21% das mulheres afirmou ter sido, de alguma forma, remunerada.

Na própria constatação dessas relações hierárquicas de poder começa o

desafio em se trilhar o caminho das políticas que considerem as desigualdades de gênero e a divisão sexual do trabalho. A tarefa de levar experiências de ação afirmativa das mulheres adiante não requer apenas mudanças de valores e uma redefinição operacional inclusiva, antes, impõe a elas uma organização coletiva, pautada pelo protagonismo e pela auto-gestão.

Na experiência institucional do Centro Feminista 8 de Março com a organização de grupos e de ações de mulheres trabalhadoras rurais pela reivindicação de sua cidadania podemos afirmar que as relações desiguais de gênero subsidiam práticas e experiências vividas, que podem ser agrupadas em pelo menos quatro dimensões.

A primeira refere-se à divisão sexual do trabalho. Orientadas pela perspectiva da divisão entre as esferas do público e do privado, as atividades econômicas desenvolvidas pelas mulheres nas comunidades, continuam a ser consideradas como complementares à renda familiar, sendo vistas como um suporte à força provedora do trabalho masculino. Mesmo que, em alguns casos, o único recurso material regular de sustento da família seja trazido pela mulher.

Uma segunda dimensão - que também está relacionada à divisão sexual

do trabalho- é a vinculação do trabalho das mulheres como extensão de sua função social de esposa e dona de casa. Isto significa que ainda predomina, em termos de políticas de financiamento, assistência e apoio técnico, uma visão familista do papel das mulheres. Esta contribui com a reprodução dos estereótipos dominantes dos homens e das mulheres na sociedade.

Esses pensamentos e práticas deixam as mulheres numa posição de invisibilidade e desvalorização de seu trabalho, além de trazer a elas grandes dificuldades operacionais quando do enftretamento de atividades situadas fora de seu universo tradicional de existência, como por exemplo, na distribuição e comercialização de seus produtos.

Novamente recorrendo ao nosso diagnóstico de gênero, vemos que apenas 2% das mulheres entrevistadas conhecem os mecanismos de comercialização, e se limitam a 11% as que possuem o título da terra. Dados que nos impulsionam a pôr em cheque a política agrária, no que se refere ao acesso igualitário a terra e, conseqüentemente, às políticas públicas de desenvolvimento rural.

Refletir sobre as relações desiguais de gênero é fundamental para conferir visibilidade à situação vivenciada pelas mulheres. Portanto, devemos levar essas questões em conta no momento de avaliar

a formulação de políticas públicas capazes de opor-se à desigualdade e analisar os reais impactos que elas podem apresentar diante da situação de vida dessas mulheres.

Na história recente do Brasil, há um movimento de elaboração de políticas que considerem as desigualdades de gênero, geração e etnia. Estas também têm reconhecido os movimentos de mulheres como sujeitos sociais no campo, entretanto, as primeiras iniciativas ainda não obtiveram o mérito de provocar mudanças concretas nas suas condições de vida.

Mais do que reconhecer as mulheres como beneficiárias das políticas públicas orientadas para o combate à pobreza e em favor do desenvolvimento rural, o desafio em pauta é considerar as relações sociais de gênero como um dos aspectos estruturadores das relações sociais no campo.

Isto contribuiria também na difusão e divulgação sobre os mecanismos de acesso às políticas das quais elas são as principais beneficiárias, que ocorrem lentamente no meio rural. Como é o caso da linha de crédito PRONAF Mulher, e dos registros de títulos da terra - o último Censo da Reforma Agrária, por exemplo, indica que entre o público atendido apenas 12,6% eram mulheres.

A prática com o trabalho voltado para uma perspectiva de gênero mostra que não é suficiente viabilizar linhas de

crédito que beneficiem o trabalho das mulheres. Estas precisam vir acompanhadas de incentivo à auto-organização, o que será possível com a continuidade de uma formação feminista capaz de firmá-las no território da consciência de seus direitos políticos e potencial social, para que possam estar à frente, nas distintas etapas dos projetos produtivos.

### **Pioneirismo do RN: feminismo e organização**

No Rio Grande do Norte, a mulher trabalhadora rural trilha há algumas décadas uma trajetória de lutas. Como resultado podemos observar um intenso movimento de mulheres, sobretudo no Oeste, onde já somam-se conquistas notáveis pelo seu pioneirismo.

Um primeiro e decisivo momento de organização foi o I Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Oeste, realizado em 1994, com a presença de 170 trabalhadoras dos assentamentos e comunidades da região.

Nele, a maioria das envolvidas teve contato com o debate em torno da participação política das trabalhadoras rurais, iniciada com a discussão sobre o direito afiliação nas associações dos assentamentos.

Com a identificação das lideranças e a criação de grupos autônomos de



mulheres nas comunidades envolvidas, teve início um trabalho sistemático de organização e formação feminista, um impulso que se faria notar no relevo da participação das trabalhadoras na Campanha Nacional pela Documentação das Mulheres Rurais, no ano seguinte, 1995.

Desta dinâmica de encontros, que já atravessaram uma década de reuniões na cidade de Mossoró, surgiu a Coordenação Oeste de Trabalhadoras Rurais, em 2000. Um coletivo eminentemente popular, que reúne em seu quadro uma comissão diretora composta por cinco mulheres, representantes de diferentes localidades da região.

A Coordenação foi criada para contribuir com a auto-organização das mulheres rurais dos municípios do Oeste, dando continuidade à formação e incentivo de grupos autônomos, estimulando a sua participação também nos sindicatos e movimentos sociais.

Desde a atuação da primeira formação do coletivo, o diálogo entre os grupos do oeste foi enriquecido, eles conseguiram estabelecer metas conjuntas e

trocar experiências, tanto nas ações de manifestações políticas - como as campanhas e os protestos - , quanto no que diz respeito à capacidade produtiva de cada grupo, o que foi, aos poucos, fortalecendo uma estrutura de produção coletiva e geração de renda para as mulheres.

Essa capacidade de interlocução e fortalecimento dos coletivos ficaria mais evidente no ano de 2000, com o lançamento da Marcha Mundial das Mulheres e Marcha das Margaridas, articulações com potencial de resgatar as manifestações massivas e a articulação dos muitos movimentos de mulheres que fazem a luta feminista em torno de bandeiras comuns.

Como resultado, observamos o fortalecimento das organizações. A intensa participação das trabalhadoras rurais do estado nesses eventos foi significativa na consolidação do movimento de mulheres no Oeste, o que se pode também notar no diagnóstico de gênero de Apodi: das 715 mulheres entrevistadas, 63% afirmaram participar de algum grupo no assentamento ou comunidade.



Outro fator demonstrativo dessa consolidação foi o fortalecimento político da Coordenação Oeste, que transcendeu as fronteiras políticas da região, conquistando representatividade ao ocupar uma estância consultiva do INCRA potiguar.

A Marcha Mundial das Mulheres e Marcha das Margaridas tiveram o mérito de trazer às mulheres rurais o conteúdo de uma agenda feminista global, discutindo temas pertinentes ao cotidiano das mulheres, mas que, pela dificuldade das distâncias territoriais e a própria difusão dos conhecimentos, eram mantidos à distância. Assim, foi possível instaurar um debate permanente sobre políticas públicas para as trabalhadoras rurais. Como exemplo tivemos a campanha contra a ALCA, na qual discutimos patentes, trabalho produtivo das mulheres no meio rural e agroecologia.

Em 2003, na ocasião da segunda Marcha das Margaridas, uma delegação de mulheres oestanas lotou um ônibus rumo a Brasília, para unirem-se às mais de 30.000 mulheres que reivindicavam o direito à água, terra, combate à violência, salário digno e saúde, numa enorme passeata em frente ao Palácio do Planalto.

E foi no Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais, sediado na cidade de Mossoró, em outubro de 2003, que o

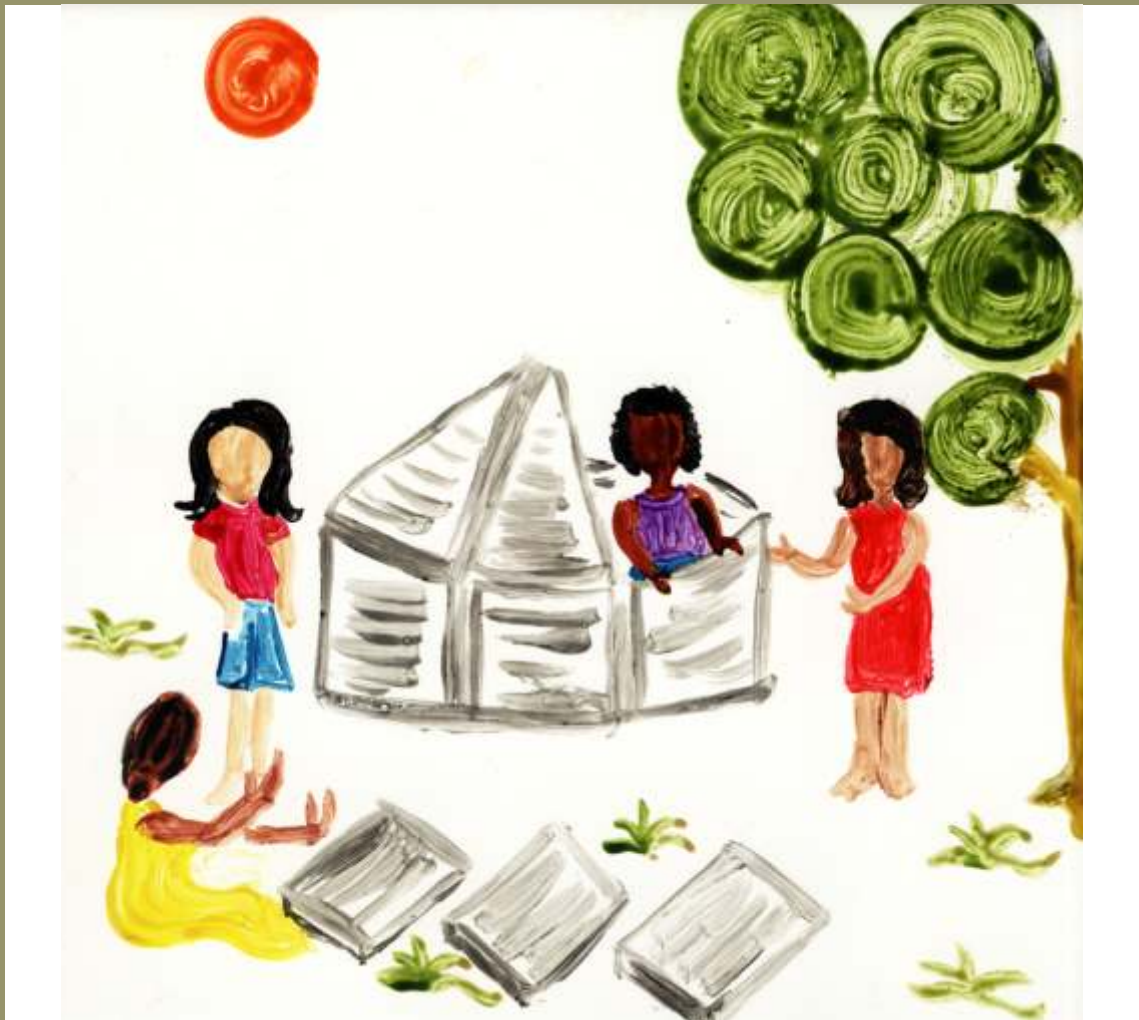
debate sobre a água figurou entre os temas centrais na pauta das trabalhadoras. Questionadas sobre suas principais dificuldades na convivência com o semi-árido, elas apontaram o difícil acesso à água de boa qualidade para o consumo como uma das questões emergenciais para a melhoria de suas vidas. Surgia, então, uma discussão cuja meta seria articular parcerias e lideranças populares na elaboração de alternativas que viabilizassem essa conquista.

Como tarefa, a Coordenação de Mulheres Trabalhadoras da Região Oeste e representantes de sete assentamentos de Mossoró estariam na incumbência de elaborar uma proposta de convênio a ser defendida no Conselho de Controle Social do Incra, para construção de cisternas de placas em comunidades espalhadas pela região.

Essa primeira proposta transformou-se numa parceria que abrangeria a unidade de ações afirmativas INCRA e a Associação de Apoio às Comunidades do Campo, contemplando a um total de 28 localidades do território oeste, na microrregião de Apodi, Augusto Severo, Baraúna, Caraúbas, Felipe Guerra, Governador Dix-Sept Rosado, Mossoró e Upanema. Uma conquista firmada numa iniciativa do protagonismo das mulheres.

# MULHERES CONSTRUINDO CISTERNAS

# 4



Inspiradas nas três mulheres capacitadas em Afogados da Ingazeira (PE), as assentadas potiguares inovaram, formando a primeira turma de pedreiras mulheres do Brasil, na qual seriam elas as responsáveis desde a capacitação à construção.

## **O começo: a difícil empreitada**

Às comemorações iniciais, sucederam as preocupações com a operacionalização do processo. Havia a preocupação de que aquela fosse, de fato, uma ação afirmativa das mulheres. Para tanto, era preciso analisar de que forma ela seria posta em prática e quais os acúmulos que poderiam ser conquistados e assimilados na formulação de políticas de gênero.

Não se podia, dentro do universo vivido por essas trabalhadoras, quase todas lideranças que despontaram dos coletivos de mulheres, se admitir que aquele fosse mais um projeto encampado e defendido por mulheres, mas executado por homens.

Havia o risco de que, em turmas mistas, elas fossem excluídas no momento da distribuição de tarefas, sob o argumento da fragilidade física, resvalando para o velho ciclo da divisão sexual do trabalho, onde as mulheres são exiladas na esfera do cuidado para que os homens façam prevalecer o seu direito “natural” aos postos onde se apreende o conteúdo tecnológico, se tomam as decisões e, conseqüentemente, gerencia-se a renda.

Para mostrar na prática que além de serem capazes de fazer o gerenciamento da água para o consumo doméstico, as mulheres poderiam também construir

alternativas que fugissem aos padrões estabelecidos impostos pela sociedade onde vivem, acordou-se que elas estariam à frente das diversas instâncias do projeto.

Inspiradas nas três mulheres capacitadas em Afogados da Ingazeira (PE), as assentadas potiguaras inovaram, formando a primeira turma de pedreiras mulheres do Brasil, na qual seriam elas as responsáveis desde a capacitação à construção.

Os critérios de inscrição e seleção foram definidos de forma a favorecer as mulheres com maior potencial de multiplicadoras. A candidata precisaria residir no assentamento, ser posseira, sócia da associação, participar do grupo de mulheres e não ser beneficiária de cisternas provenientes de outros projetos. As que tivessem maior número de filhos, fossem responsáveis pela renda familiar ou tivessem em suas famílias idosos e deficientes, seriam também priorizadas.

Além do desejo de questionar a “ordem estabelecida” da hierarquização de poder nos assentamentos, existia o interesse pela apropriação de novas tecnologias adaptadas ao semi-árido, bem como pela possibilidade de geração de renda para as mulheres discutida em vários grupos, principalmente no grupo Raízes e P.A. Independência.

A metodologia adotada para a



construção das cisternas de placas é a mesma para todas abrangidas pelo programa nacional “Um Milhão de Cisternas”, que desde o ano 2000 atua na região do semi-árido nordestino. No Rio Grande do Norte, a atividade está vinculada ao trabalho da rede ASA, mas contou com o apoio institucional e financeiro do INCRA, Associação de Apoio às Comunidades do Campo (AACC), Cooperativa Coopervida e Centro Feminista 8 de Março (CF8).

A construção das cisternas é de fácil aprendizado, mas representa uma tecnologia alternativa que, apreendida, poderá ser facilmente aplicada. Seu aproveitamento, por sua vez, terá um impacto contundente na vida das pessoas que vivem oprimidas pelo problema da falta de água.

Cada cisterna deve atender a uma residência rural, o custo empreendido é de

cerca de R\$ 1.100, dos quais R\$ 150,00 correspondem à mão de obra. A capacitação das pedreiras inclui uma abordagem teórica, na qual são discutidas as estratégias de convivência com o semi-árido, e de quanto o armazenamento da água das chuvas pode contribuir com a qualidade de vida das famílias, em benefícios que vão desde a redução de doenças até a independência da barganha política dos grandes proprietários de terra e políticos locais.

A capacitação para a função de pedreira dura cerca de uma semana, tempo médio de construção de uma cisterna, e elas aprendem com a mão na massa, literalmente, já que a conclusão do curso deve ser comemorada com o término da primeira cisterna.

As cisternas são compostas por 72 placas de cimento, moldadas numa forma



específica. A junção das placas, separadas apenas por uma distância de um centímetro e meio - o equivalente a uma caixa de fósforo na posição vertical – são suficientes para revestir os 4 metros de diâmetro do reservatório.

Os donos da casa assistida também contribuem. São eles os responsáveis por cavar a profundidade correspondente a um metro e oitenta, preparando a terra para o trabalho das pedreiras, que nivelam o solo e fazem o contra piso que dá suporte às placas.

O funcionamento da cisterna se dá pela proximidade com as calhas construídas na lateral do telhado das casas, delas escoam a água das chuvas, que, conectadas por um cano, são direcionadas aos reservatórios. Cada cisterna tem capacidade de estocar até 16 mil litros, o suficiente para o consumo de 5 pessoas ao longo de 8 meses, tempo que dura a estiagem durante um ano.

O resultado das capacitações não está apenas na constituição de uma nova turma de pedreiras de cisternas, mas no acréscimo de novas cisternas para a comunidade e na formação de um grupo de multiplicadoras, aptas a ensinar o que aprenderam, passando adiante o seu conhecimento aos homens e mulheres que convivem com as limitações do semi-árido.

## **O que é serviço de homem? O que é serviço de mulher?**

### **O mito da fragilidade física**

Mas, entusiasmo à parte, a decisão de deixar as mulheres à frente, tão logo tomada já mostrou que traria consigo o ônus da polêmica. Construir um projeto com mulheres costuma dividir opiniões dentro da própria comunidade beneficiada, que não hesita em questionar: “será que elas conseguem mesmo?”. E pudemos constatar que as oscilações de credibilidade se espalharam por todos os setores envolvidos no processo – inclusive as próprias mulheres e parte da assistência técnica.

Todos os entraves físicos, climáticos e burocráticos eram atribuídos ao desempenho delas. O curso que começaria em novembro, apenas pôde ser realizado em fevereiro de 2004, devido a uma desproporcional precipitação de chuvas que se estenderam ao longo do período. Algumas famílias que já haviam iniciado as escavações para o aterramento da cisterna viram os buracos encher-se de lama.

Com o atraso foi difícil manter instigadas as mulheres que desbravavam o desafio de formar o primeiro grupo de pedreiras de cisternas do RN. O descrédito crescente na sua força de trabalho evidenciava o preconceito forjado pela estrutura da divisão sexual do trabalho. As pedreiras tiveram que “engolir” piadas do



tipo: “coisa de mulher não pode prestar”, “isso é coisa de quem quer inventar de fazer o que não é pra fazer”, “se com homens é difícil imagine com mulheres...”.

Por várias vezes, as entidades parceiras ensaiaram a proposta de que as cisternas não fossem feitas por mulheres, cogitando a possibilidade de admitir homens na turma, já que os custos ultrapassariam o orçamento e, com os atrasos decorrentes das chuvas, os prazos junto às agências financiadoras corriam o risco de serem abalados. Embora fosse evidente que o atraso não dizia respeito às mulheres.

Numa situação como esta, a disputa desleal pela vaga feminina nas turmas de capacitação é legitimada pela construção social de que a mulher é uma estranha no mundo do trabalho, ocupando postos e funções para os quais não é destinada, enquanto o homem, que tem sua identidade afirmada no trabalho teria os atributos “naturais” para desempenhar a tarefa. Daí advém a grande exigência externa de as mulheres passarem com distância da margem de erros, mesmo quando o erro não parte de sua conduta.

No reconhecimento do esforço físico como vantagem inata do trabalhador homem – um mito sexista – elaborou-se a idéia de que as mulheres estariam “naturalmente” desfavorecidas para os

trabalhos que demandassem força, sendo que a “habilidade, inteligência e rapidez na execução das tarefas são preteridas em razão da consideração hierárquica ao sexo de quem as executa” (Nobre, 1999, p. 18).

Assim, quando a pecha da incompetência física recai sobre a mulher diante de um “trabalho pesado”, não está, de fato, se referindo à quantidade de energia dispendida, mas à distinção social necessária na categorização dos indivíduos dentro de um quadro de serviços estabelecido por uma sociedade de hegemonia masculina, na qual o homem ostenta o trabalho como instrumento de afirmação de sua identidade e superioridade diante dos demais.

Como aponta a seguinte citação de Nobre à pesquisa de Maria Ignez Paulilo, sobre a distinção entre trabalho leve e pesado no sertão paraibano:

O trabalho é considerado leve por quem o executa, e não pela natureza do trabalho em si. Mesmo que as mulheres e crianças trabalhem o mesmo número de horas que os homens e suas tarefas exijam habilidade, paciência e rapidez, elas recebem menos, pois o valor da diária é determinado pelo sexo e idade de quem a recebe. O esforço físico é sempre apontado como uma das razões para os homens serem considerados mais importantes que as mulheres no trabalho agrícola. Mas, quando se olha para a realidade, não há tarefa que não executem, se não for

possível prescindir de seus braços”  
(Paulilo apud Nobre, idem, p. 19)

No caso das mulheres cisterneiras, que já realizavam o pesado trabalho de transportar latas d’água e estavam acostumadas ao trabalho na roça, aquela capacitação era a oportunidade que ansiavam: a conquista de um novo espaço na comunidade que abriria caminho para a geração de renda com o aprendizado de um novo ofício. Algumas, já previam que, depois de cisterneiras, estariam capacitadas também a construir casas, como Lindinalva Martins, de 18 anos, do



assentamento de Barreira Vermelha. Vinda de uma família de pedreiros e agricultores, ela enfrentou a desconfiança dentro de sua casa, nas palavras do pai e irmãos, que achavam que aquela moça não poderia fazer um trabalho tido como de homens. Um de seus irmãos, designado para a função de servente de pedreiro, queixou-se do inoportuno fardo: “é ruim porque tem que fazer tudo o que a mulher manda”.

Resistentes, as mulheres, que já eram membros de associações e tinham experimentado na prática o diálogo com a comunidade, não recuaram diante das ameaças do sexismo, mas valeram-se delas para também fazer da construção das cisternas uma conquista política das mulheres no mundo público. “Um homem disse pra mim: ‘eu deixo rolar meu pescoço se vocês fizerem essa cisterna’. Pois apronte o pescoço porque ele vai rolar e a gente vai fazer”, disse Maria Iracema Silva, também da primeira turma de pedreiras.

Passado o vendaval das chuvas, o curso aconteceu sem grandes transtornos, em fevereiro de 2004, com duração de 17 dias. Foram construídas quatro cisternas. Das 17 participantes, treze concluíram como cisterneiras, mas todas admitiram que estavam aptas a erguer uma construção, seja em dupla ou em pequenos grupos. As agricultoras voltaram para as suas comunidades, onde aguardariam o

início da segunda etapa do convênio, mas, desta vez já puderam construir novas cisternas nesse período.

Contraditoriamente, ultrapassado o estranhamento inicial e vencido o forte descrédito na força de trabalho das mulheres, houve um segundo movimento de destituição daquela conquista. A partir do instante em que as cisternas foram erguidas e já se mostravam em funcionamento, a função de pedreiras de cisternas passou a ser subjugada e diferenciada pela comunidade, vista então como “serviço leve”, mais ameno e, portanto, menos valoroso, unicamente porque elas foram capazes de realizá-lo: “se elas puderam, qualquer um consegue”, novo mito sexista resgatado.

As mulheres, no entanto, puderam apreender onde residia a base de tal desconfiância. Como podemos identificar nas palavras da cisterneira do assentamento Cordão de Sombra, Francisca das Chagas: “Se nós somos capazes de cozinhar, lavar, passar e ainda deitar de noite com eles, por que não de construir cisternas?”. É a simplicidade desse questionamento que nos leva a retomar o conceito de divisão sexual do trabalho, pois, se não se cogita fragilidade quando se atribui à mulher o cuidado com a família e a difícil e custosa travessia da busca pela água, no transporte braçal de diversas latas,

por que é tão conveniente que elas sejam frágeis no momento em que esse cuidado passa a ser uma função pública, remunerada e de valor reconhecido em toda a comunidade?

O impacto dessas questões no dia-a-dia das mulheres, desmentidas na conquista das cisterneiras do RN, já são suficientes para justificar todo o empenho investido nessa experiência.

A capacitação de mulheres pedreiras de cisternas - realizada também por uma mulher, Maria José, da primeira turma de construtoras de Afogados do Ingazeira - foi uma vitória simbólica e política para a mulher do campo. Mas este avanço significativo e suas conseqüências – seja com a própria concretude do projeto, seja com os dilemas sociais suscitados por ele - para o público assistido mostram mais uma vez que o machismo é ainda uma grande ponte a ser cruzada no caminho rumo ao desenvolvimento humano.

Em dezembro de 2005 já passam de 50 as cisternas construídas por mulheres no RN, mas esse número deve chegar a 150 em 2006. O projeto desenvolveu uma dinâmica interna que permite o monitoramento contínuo, por meio da organização de um cronograma.

## ORGANIZAÇÃO PARA A COMUNIDADE, ORGANIZAÇÃO PARA A IGUALDADE

A idéia de colocar as mulheres à frente do processo não foi meramente pela ousada tentativa em questionar a divisão sexual do trabalho entre as trabalhadoras rurais. Há uma história de organização e mobilização das mulheres do oeste potiguar. Da qual já documentamos uma série de experiências exitosas. Além de participarem dos sindicatos e figurarem de forma expressiva como lideranças comunitárias, elas são

protagonistas de projetos que são modelo de organização, agroecologia e economia solidária no estado.

Temos por exemplo as agricultoras organizadas no Grupo de Mulheres Decididas a Vencer que produzem hortaliças orgânicas no assentamento de Mulungunzinho, a primeira iniciativa deste gênero a associar agroecologia, economia solidária e feminismo no estado. Concretizada em 1998 e com



atuação e presença constante em palestras, congressos, seminários e instâncias políticas que privilegiam o enfoque destes temas.

Exemplo seguido pelas apiculturas de Apodi e por outras inúmeras pequenas iniciativas de produção iniciadas pelos grupos organizados de mulheres, na luta pela produção de renda em condições que eliminassem o rótulo de “ajudantes” do marido e a exploração dos atravessadores de mercadorias, do qual são elas o alvo mais vulnerável.

Como conseqüência desse processo, as pequenas produtoras se uniram na construção do primeiro espaço alternativo para a comercialização do estado: a Rede Xique-Xique.

Atualmente, o Xique-Xique conta com a presença de 50 grupos de 8 municípios, tendo em suas instâncias deliberativas uma presença majoritária de mulheres. Em seu Conselho Diretor, composto por sete membros, seis são mulheres. Na associação, gestora jurídica da Rede, diretoria e coordenação também

contam com 90% de mulheres.

Assim, na apresentação desses exemplos ilustrativos do quadro do feminismo no RN, podemos justificar que a capacitação das cisterneiras ocorreu num contexto onde se requiría a capacitação tecnológica para as mulheres.

Mais do que levantar placas de concreto, aquelas mulheres se tornaram multiplicadoras cientes de seus direitos na sociedade e na família, garantindo sua visibilidade como protagonistas e agentes produtivas no campo, construindo e fortalecendo alternativas para os grupos e coletivos de mulheres organizados na região.

Isto se mostra na continuidade da construção das cisternas, nas passeatas e mobilizações, no debate constante sobre divisão sexual do trabalho, na compreensão de que o desenvolvimento sustentável diz respeito também à preservação das relações humanas e à ruptura das práticas de exploração e dominação.



# RETRATOS DESTA HISTÓRIA

# 6

A história das mulheres também pode ser contada em imagens, que resgatam a paisagem de seu dia-a-dia no aprendizado da função de cisterneiras. Um relato político e histórico que passa pela convivência com o semi-árido e inspira novas fronteiras na nossa trajetória de luta.





























# REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Cáritas Brasileira, Comissão Pastoral da Terra, Fian/ Brasil [fotografias Dieter Buehne]. Água de Chuva: o segredo da convivência com o Semi-Árido. São Paulo: 2001. Paulinas.

Centro Feminista 8 de Março. Mulher e Semi-árido: Diagnóstico de Gênero do Território de Apodi. Cadernos 8 de Março. Mossoró: 2003. Centro Feminista 8 de Março.

Centro Feminista 8 de Março. Páginas Feministas. Ano I, Vol I. Mossoró: 2003. Centro Feminista 8 de Março.

Construtoras de Cisternas. Programa Globo Rural, São Paulo: Rede Globo, 27 de novembro de 2004. Programa televisivo.

Kergoat, Danielle. Relações Sociais de Sexo. Paris: CNRS, 1987. Mimeo.

Malvezzi, Roberto. O que é o Semi-árido. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <robertomalvezzi@ig.com.br> em 23 de março. 2006.

Moura, Maria da Conceição Dantas de. Entre a casa e o roçado. In: Associação de Apoio às Comunidades do Campo. Contando a História em Miúdos. Natal: 2002. Associação de Apoio às Comunidades do Campo

Nobre, Míriam (Org.). Gênero e Agricultura Familiar. Cadernos Sempre Viva. São Paulo: 1999. Sempre Viva Organização Feminista.

Paulilo, Maria Ignez. “O peso do trabalho leve”, Ciência Hoje, vol. 5, n. 28, jan-fev. 1987. Apud: Nobre, Míriam (Org.). Gênero e Agricultura Familiar. Cadernos Sempre Viva. São Paulo: 1999. Sempre Viva Organização Feminista.

Esta publicação foi composta em fonte  
Maiandra GD, corpo 11, títulos em  
Exótica, e impressa na Gráfica \_\_\_\_\_  
em papel reciclato 90 g/m<sup>2</sup>, em 2006,  
com tiragem de 3.000 exemplares







Secretaria da  
Agricultura Familiar

Ministério do  
Desenvolvimento Agrário

